



**Demonstrações Contábeis 2014**  
Abril 2015

# SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes .....	2
Demonstrações contábeis .....	4
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 .....	9

## Relatório dos auditores independentes

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores do  
Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 tem até o ano de 2023 como prazo final de encerramento das suas atividades, como consequência, na avaliação e registro de seus ativos e passivos, a referida descontinuidade das operações está sendo refletida adequadamente nas demonstrações contábeis da Entidade, para que no encerramento das suas operações, previstas no Estatuto, todos e quaisquer ajustes decorrentes desse encerramento estejam adequadamente contabilizados e sendo refletidos nas referidas demonstrações contábeis, de forma que a Entidade realize seus ativos e efetue a liquidação de seus passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, com período de término de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência deste assunto.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.



Ana Cristina Linhares Areosa  
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RJ

# Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Notas	2014	2013
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	195.779	10.520
Aplicações financeiras	3	29.838	-
Contas a receber	4	16.044	13.921
Adiantamentos	-	1.648	1.750
Despesas antecipadas	-	369	263
Outras contas a receber	-	213	277
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>243.891</b>	<b>26.731</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Aplicações financeiras	3	38.368	6.358
Contas a receber	4	502.686	277.972
Adiantamentos	5	30.134	2.850
Despesas antecipadas	-	-	704
		<b>571.188</b>	<b>287.884</b>
Imobilizado	6	23.634	8.988
Intangível	7	28.924	14.071
		<b>52.558</b>	<b>23.059</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>623.746</b>	<b>310.943</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>867.637</b>	<b>337.674</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Notas	2014	2013
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos	8	-	72.682
Fornecedores	9	7.195	17.755
Contas a pagar	10	6.265	6.790
Direitos de marketing	11	81.257	59.130
Impostos e taxas a recolher	12	4.033	3.337
Contribuições sociais a recolher	12	2.027	1.856
Provisões trabalhistas	13	14.819	7.970
Adiantamento de patrocinadores	14	180.689	103.466
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>296.285</b>	<b>272.986</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Contas a pagar	10	4.261	9.417
Direitos de marketing	11	5.451	4.924
Provisões trabalhistas	13	26.179	12.363
Adiantamento de patrocinadores	14	468.051	89.854
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>503.942</b>	<b>116.558</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
Patrimônio social	-	10	10
Superavit/ (deficit) acumulado	-	67.400	(51.880)
		<b>67.410</b>	<b>(51.870)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>867.637</b>	<b>337.674</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

## Demonstração do superavit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b>Receita de atividades operacionais</b>	16	670.716	474.963
<b>Despesas operacionais</b>			
Direitos de marketing	16	(111.993)	(80.868)
Despesas com pessoal	17	(171.055)	(113.291)
Provisão para dissolução trabalhista	13	(4.818)	(2.534)
Despesas gerais e administrativas	18	(235.284)	(164.059)
Despesas com propaganda e publicidade	19	(24.632)	(2.990)
Despesas com eventos	20	(11.490)	(7.418)
Impostos e taxas	-	(58)	(135)
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(13.157)	(5.939)
<b>Superavit antes do resultado financeiro</b>		98.229	97.729
<b>Resultado financeiro líquido</b>	21	21.049	165
<b>Superavit do exercício</b>		119.280	97.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares reais)

	Patrimônio social	Superavit/ (deficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10	(149.774)	(149.764)
Superavit do exercício	-	97.894	97.894
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10	(51.880)	(51.870)
Superavit do exercício	-	119.280	119.280
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10	67.400	67.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013 (Reclassificado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superavit do exercício	119.280	97.894
Depreciações e amortizações	13.157	5.938
Provisões trabalhistas	20.665	11.183
Perda na baixa de bens imobilizados	16	105
Variação cambial não realizada	(12.972)	8.946
Operações que não afetam caixa	(209.445)	(136.579)
<b>Déficit ajustado</b>	<b>(69.299)</b>	<b>(12.513)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber	13.624	(13.145)
Adiantamentos	(27.183)	(1.353)
Despesa antecipada	598	(27)
Outras contas a receber	66	40
Impostos e taxas a recolher	696	1.339
Contribuições sociais a recolher	171	(304)
Fornecedores	(10.543)	9.151
Direitos de marketing	(9.974)	26.610
Adiantamento de patrocinadores	446.700	43.869
Contas a pagar	(4.213)	(28.053)
	409.942	38.127
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>340.643</b>	<b>25.614</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Investimento no imobilizado e ativo intangível	(20.854)	(6.977)
	(20.854)	(6.977)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aplicações financeiras	(61.848)	(6.358)
Pagamento de empréstimos	(69.296)	-
Pagamento de juros	(3.386)	(1.998)
	(134.530)	(8.356)
<b>Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>185.259</b>	<b>10.281</b>
<b>Demonstração da variação líquida</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.520	239
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	195.779	10.520
<b>Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>185.259</b>	<b>10.281</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (denominado Entidade) foi constituído em 08 de abril de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Ulisses Guimarães, nº 2.016 - Cidade Nova.

A Entidade atua como uma sociedade civil de direito privado, com natureza desportiva, educacional, cultural e artística, sem fins lucrativos e tem como atividade preponderante a promoção, organização e realização, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, bem como nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, os Jogos Olímpicos, no período compreendido entre os dias 05 e 21 de agosto de 2016, e na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, os Jogos Paralímpicos, no período compreendido entre os dias 07 e 18 de setembro de 2016, cumprindo o disposto nos instrumentos contratuais denominados Host City Contract e Joint Marketing Program Agreement, referidos no Artigo 1º, na Carta Olímpica, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições estatutárias, regimentais e normativas, do Comitê Olímpico Internacional (COI), do Comitê Paralímpico Internacional (CPI), da World Antidoping Agency e o disposto no estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

As pessoas jurídicas que integram a Entidade como associados são, além do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), as Confederações Brasileiras Dirigentes dos Esportes Olímpicos, desde que suas respectivas modalidades estejam incluídas no programa dos Jogos Olímpicos de 2016 e filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as quais estejam, também, filiadas às respectivas Federações Internacionais e desde que as ditas Entidades nacionais manifestem expressa intenção de associação.

Em 23 de janeiro de 2014, a Entidade divulgou ao público a primeira revisão do orçamento dos Jogos após a candidatura, onde ressaltou um orçamento equilibrado apenas com recursos privados.

A variação em relação ao orçamento original deve-se a:

- impacto de correção pelo IPCA no período
- inclusão de quatro novos esportes (golfe, rúgbi, paracanoagem e paratriatlo)
- novas tecnologias
- segurança nos Jogos
- crescimento médio salarial acima da inflação
- gastos com usufruto e retrofit da Vila Olímpica

Os órgãos deliberativos da Entidade são os seguintes:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria Estatutária
- c) Conselho Executivo
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho de Honra

O Conselho Executivo da Entidade, formado nos exatos termos do que dispõe a cláusula 2ª, do contrato denominado Host City Contract, referido no Artigo 1º, será integrado pelo presidente da Entidade, pelos membros brasileiros, de qualquer categoria, integrantes do Comitê Olímpico Internacional, atualmente o Dr. Carlos Arthur Nuzman e o Dr. João Havelange, pelo Secretário-Geral do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ou pelo seu representante, indicado em substituição pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), como previsto no § 3º, Artigo 28., por um representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) indicado por seu presidente, por um atleta Olímpico indicado pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por um representante do Município do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, por um representante do estado do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Governador do estado do Rio de Janeiro e um representante do Ministério do Esporte, indicado pelo Sr. Ministro do Esporte, todos com mandato único, pelo prazo de duração da Entidade, previsto no Artigo 2º.

Dentre as tarefas pertinentes ao comitê, a fim de atingir seu objetivo final, destacam-se as seguintes:

- a) Promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, eventos esportivos - com a participação de atletas brasileiros e/ou estrangeiros ou outros de qualquer natureza -, inclusive eventos-teste e preparatórios para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016;
- b) Promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro no período que anteceder aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, eventos de qualquer natureza, desportivos ou não, cujos direitos serão comercializados de forma independente, respeitados os direitos de terceiros, contratados com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e/ou com a Entidade, incluído, mas não limitado, o revezamento da tocha Olímpica, programa cultural, eventos-teste e preparatórios, relacionados aos mesmos Jogos;
- c) Relacionar-se com os órgãos da administração pública federal, estadual e/ou municipal, sociedades de economia mista, entidades públicas e/ou autarquias, entidades privadas e pessoas físicas;
- d) Contratar com as pessoas referidas na letra c) acima e/ou com quaisquer outras, a realização de obras, a prestação de serviços e a aquisição de bens de toda natureza, móveis e imóveis, bem como o repasse de recursos mediante celebração dos respectivos convênios e contratos;
- e) Licenciar, dentro do território brasileiro, a utilização das marcas de sua titularidade, registradas nos organismos nacionais competentes e/ou marcas cuja titularidade lhe for cedida e/ou quaisquer outros direitos dos quais seja, por qualquer forma, titular, de modo a gerar receitas.

As operações da Entidade diretamente ligadas aos Jogos têm previsão de encerramento até 31 de dezembro de 2016, sendo que, de acordo com o estatuto social, a mesma tem como prazo final de duração a data de 31 de dezembro de 2023, sendo que este prazo poderá ser antecipado mediante proposta do presidente da Entidade, a qual será submetida ao exame e a deliberação da Assembleia Geral.

As demonstrações contábeis da Entidade foram aprovadas na reunião da diretoria realizada em 30 de janeiro de 2015.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014, apresentam passivos circulantes superiores aos ativos circulantes no montante de R\$ 52.394, conforme abaixo demonstrado:

	2014
Ativos circulantes	243.891
Passivos circulantes	(296.285)
<b>Capital de giro líquido</b>	<b>(52.394)</b>

Todavia, esses passivos circulantes representam, em sua maioria, pagamentos que não serão realizados em dinheiro, ou seja, sua liquidação ocorrerá substancialmente em contraprestação de receitas via produtos ou serviços ("Value in Kind" VIK), ou são decorrentes do critério dos reconhecimentos das receitas, conforme demonstrado a seguir:

(-) Direitos de marketing a pagar por VIK (i)	48.104
(-) Adiantamento de patrocinadores (ii)	180.689
<b>Total de liquidações não financeiras</b>	<b>228.793</b>
Outros passivos com liquidação financeira	67.492
<b>Total de passivo circulante</b>	<b>296.285</b>

- (i) Valores de direitos de marketing a pagar, que serão repassados ao COB e CPB por meio de VIK.
- (ii) Esse montante é decorrente da diferença entre o fluxo financeiro/VIK dos patrocinadores e o reconhecimento contábil da receita. Quando o montante apropriado da receita de forma linear é inferior às parcelas já recebidas dos patrocinadores, esses recursos são registrados contabilmente como adiantamento de patrocinadores.

Considerando o cenário acima, a Entidade acredita que não terá dificuldades de liquidação de seus passivos circulantes em períodos subsequentes.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### 2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.1.4 Reclassificações

Na apresentação das demonstrações contábeis comparativas de 31 de dezembro de 2013 foi eliminado o efeito das atividades operacionais e de investimento não envolvendo caixa (todos por VIK) na demonstração dos fluxos de caixa, conforme segue:

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2013	Reclassificação de efeitos não caixa	Saldos ajustados em 31/12/2014
Superávit do exercício ajustado	124.066	(136.579)	(12.513)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(98.452)	136.579	38.127
Disponibilidade líquida aplicada nas atividades operacionais	25.614	-	25.614
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(6.977)	-	(6.977)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(8.356)	-	(8.356)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(10.281)</b>	<b>-</b>	<b>(10.281)</b>

## 2.2. Principais práticas contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

**b) Aplicações financeiras**

Compreendem os investimentos financeiros condicionados a eventos futuros, não considerados pela Administração da Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**c) Contas a receber**

As contas a receber de patrocínio, incluindo aquelas cuja contraprestação recebida pela Entidade vem na forma de prestação de serviços ou venda de produtos pela contraparte (mais conhecida como “Value In Kind” - VIK), são reconhecidas de acordo com a política de reconhecimento de receita descrita no item k), a seguir.

**d) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base no período operacional da Entidade (até 31 de dezembro de 2016). O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

A Entidade avalia ao final de cada exercício a necessidade de gastos para encerramento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2014 não foi identificada necessidade de constituição de provisão para desmobilização dos bens integrantes do ativo imobilizado.

**e) Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base no período operacional da Entidade (até 31 de dezembro de 2016).

**f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião de consultores jurídicos da Entidade.

**g) Provisão para dissolução trabalhista e bônus de retenção**

A provisão para dissolução trabalhista é reconhecida pelo montante estimado pela Administração da Entidade para pagamento de valores rescisórios aos seus funcionários, quando da dissolução da mesma. Dessa forma, foi constituída provisão para cobrir esses gastos até 31 de dezembro de 2014.

A provisão para bônus de retenção destina-se a conceder bônus aos funcionários que permanecerem na Entidade até o momento de sua dissolução e é calculada e reconhecida de acordo com o tempo de vínculo empregatício de cada funcionário.

Dessa forma, foi constituída uma aplicação financeira para fazer face a esses gastos (vide Nota Explicativa no 3).

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de prováveis desembolsos futuros, observadas suas naturezas.

#### **h) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos, fornecedores, direitos de marketing a pagar e contas a pagar.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros básicos, os quais são mensurados pelo método de custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos.

#### **i) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação e os saldos dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

#### **j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **k) Reconhecimento da receita**

A receita decorrente da cessão de direitos de uso da marca e de comissão sobre venda de produtos licenciados, observando o momento em que a Entidade transfere ao patrocinador os benefícios inerentes a cada contrato, é reconhecida de forma linear e desde que possa ser estimada de maneira confiável. A contraprestação desses contratos é realizada na forma de prestação de serviços “Value In Kind” (VIK) ou mediante recursos financeiros.

Os montantes da receita, incluindo a atualização monetária, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de patrocinadores, caso a apropriação da receita seja inferior a parcela já recebida, seja

como recursos financeiros ou “Value In Kind” (VIK). O reconhecimento da despesa relacionada aos serviços prestados pelos patrocinadores de VIK ou outros são apropriados pelo regime de competência através da prestação do serviço.

A receita de licenciamento é registrada considerando o mínimo garantido nos contratos ou o valor efetivamente recebido, dos dois o maior.

A receita com direito de televisionamento dos Jogos (“Broadcasting Rights”) será reconhecida durante o período de veiculação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016.

#### **l) Obrigações tributárias**

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos termos do Artigo 15 e seguintes da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Conforme a Lei 12.780, de 09 de janeiro de 2013 a Entidade goza de isenção da IRPJ, IRRF, IOF, IPI, contribuições sociais como CSLL, PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação e COFINS e COFINS-Importação, isto inclui os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela Entidade ou para a Entidade, também estão isentas em relação às operações de crédito, câmbio e seguro. Para tal isenção, a Entidade está habilitada junto à Receita Federal sobre o Ato Declaratório Executivo 031 de 18 de março de 2013.

Adicionalmente, com a publicação desta Lei, foram garantidas as isenções fiscais de tributos Federais nas importações, do INSS e PIS patronal, nas compras locais de produtos e serviços para todas operações envolvendo os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Em relação ao processo de isenção fiscal de competências Estadual e Municipal, destacam-se a publicação do Convênio ICMS 133 em 05 de dezembro de 2008 permitindo que todos estados concedam isenção de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), e a Lei Municipal 5.230 de 25 de novembro de 2010, do município do Rio de Janeiro, concedendo isenções fiscais de ISS (imposto sobre serviços) aos serviços prestados para Família Olímpica e Paralímpica.

#### **m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados, quando aplicável, pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de “receita” ou “despesas financeiras”, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificados ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

#### **n) Perda por redução ao valor recuperável de ativos**

A Entidade analisa anualmente os ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Entidade não identificou



evidências de redução ao valor recuperável dos seus ativos, especialmente as operações na modalidade “Value in Kind” - VIK, imobilizado e intangível.

#### **o) Arrendamentos**

Os contratos de arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros ou arrendamentos operacionais no momento de sua contratação.

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade não possuía arrendamentos financeiros.

### **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

#### **a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.

#### **b) Provisão para dissolução trabalhista**

A provisão para dissolução trabalhista é constituída sobre o montante estimado de encargos rescisórios adicionais de que a Entidade deverá dispender para fins de

desligamento do quadro atual de funcionários quando da dissolução da Entidade. Esta provisão é revista uma vez por ano.

#### **c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível**

A Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou a amortização dos bens do imobilizado e intangível, no final de cada período de relatório. A vida útil estimada é comparada com prazo de duração da Entidade, sendo utilizado o menor prazo.

## **2.4. Novas normas contábeis**

### **2.4.1 Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014**

As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1 de janeiro de 2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis da Entidade:

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento
- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos
- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros
- Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; e
- IFRIC 21/ICPC 19 - Tributos

Além das referidas normas, houve atualizações em alguns CPC's, que não trouxeram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

### **2.4.2 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2014**

A Entidade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2014:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) - Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) - Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers)
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) - Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	22	134
Equivalentes de caixa avaliados ao valor justo por meio de resultado		
Aplicação em CDB (i)	-	10.386
Aplicação em debêntures (ii)	195.757	-
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>195.779</b>	<b>10.520</b>

#### b) Aplicações financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
Aplicação em CDB (iii)	52.849	-
Aplicação em DI (iv)	15.357	6.358
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>68.206</b>	<b>6.358</b>
Circulante	29.838	
Não circulante	38.368	6.358
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>68.206</b>	<b>6.358</b>

(i) aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerada pela taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) aplicações financeiras em debêntures remuneradas pela taxa média de 100,98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

(iii) aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas pela taxa média de 99,63% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

Refere-se a valores depositados como garantia contratual para liquidação de algumas obrigações operacionais futuras assumidas pela Entidade com previsão de acima de 12 meses.

(iv) aplicação financeira em fundo de investimento FIC FI com remuneração de 101,78% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (103.07% em 31 de dezembro de 2013). Essa aplicação foi constituída para fazer face ao Bônus de retenção (vide Nota Explicativa nº 13).

#### 4. Contas a receber

O saldo das contas a receber da Entidade em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é composto exclusivamente por valores a receber de seus patrocinadores em dinheiro e na modalidade “Value In Kind” (VIK), sendo o montante, quando aplicável, atualizado monetariamente pelo IPCA ou IGPM, nas condições estabelecidas em contrato firmado com o respectivo patrocinador.

	31/12/2014	31/12/2013
Patrocínio internacional	236.983	142.455
Patrocínio nacional	274.493	148.667
Licenciamento internacional	2.106	723
Licenciamento nacional	5.148	48
<b>Total de contas a receber</b>	<b>518.730</b>	<b>291.893</b>
Circulante	16.044	13.921
Não circulante	502.686	277.972
<b>Total de contas a receber</b>	<b>518.730</b>	<b>291.893</b>

A parcela registrada em ativo circulante contempla todas as contas a receber com prazo de liquidação identificável em até 12 meses, sendo as contas a receber vencíveis após 12 meses registradas no ativo não circulante.

Os valores a receber na modalidade VIK foram considerados, de forma conservadora, no ativo não circulante, por não possuir um prazo de liquidação definido.

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, a Administração da Entidade efetuou análises dos valores a receber e julgou não ser necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos, bem como também não realizou baixa de valores a receber contra o resultado do exercício.

#### 5. Adiantamentos - Não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta é composto substancialmente pelo adiantamento efetuado para o aluguel de navio, registrado no ativo não circulante no montante de R\$ 28.662 (US\$ 12.800), com o objetivo de utilizar suas acomodações durante o período dos Jogos.

## 6. Imobilizado

- a) Os detalhes do ativo imobilizado líquido da Entidade estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Máquinas e equipamentos	709	541
Equipamentos de informática	6.201	3.305
Móveis e utensílios	278	107
Instalações	9.465	4.314
Telefonia	152	1
Aparelhos de gravação	1	2
Construções em andamento (i)	1.453	718
Embarcações (ii)	5.156	-
Adiantamento a fornecedores	219	-
<b>Total</b>	<b>23.634</b>	<b>8.988</b>

- (i) Em 2014, refere-se a gastos com instalações temporárias. Em 2013, refere-se a construção da fase II da Nova Sede.
- (ii) Referem-se a aquisição de embarcações para garantir a segurança no evento-teste de Vela e que seguirá sendo utilizado em ventos esportivos de competições aquáticas.

**b) Movimentações no ativo imobilizado**

Custo	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Embarcações	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2012	223	123	6	210	2	4	3.706	-	-	4.274
Adições	533	110	1.452	3.287	-	-	922	-	-	6.304
Baixas	(27)	(110)	-	(4)	-	-	-	-	-	(141)
Transferências (*)	-	-	3.910	-	-	-	(3.910)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	729	123	5.368	3.493	2	4	718	-	-	10.437
Adições	404	37	2.222	4.717	183	-	6.493	6.230	219	20.505
Baixas	(22)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(24)
Transferências (*)	-	206	5.552	-	-	-	(5.758)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.111	364	13.142	8.210	185	4	1.453	6.230	219	30.918

Depreciação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Embarcações	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2012	(32)	(21)	(2)	(56)	-	-	(8)	-	-	(119)
Adições	(158)	(19)	(1.052)	(134)	(1)	(2)	-	-	-	(1.366)
Baixas	2	24	-	2	-	-	8	-	-	36
Em 31 de dezembro de 2013	(188)	(16)	(1.054)	(188)	(1)	(2)	-	-	-	(1.449)
Adições	(221)	(70)	(2.623)	(1.821)	(32)	(1)	-	(1.074)	-	(5.842)
Baixas	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Em 31 de dezembro de 2014	(402)	(86)	(3.677)	(2.009)	(33)	(3)	-	(1.074)	-	(7.284)

**Líquido**

Em 31 de dezembro de 2013	541	107	4.314	3.305	1	2	718	-	-	8.988
Em 31 de dezembro de 2014	709	278	9.465	6.201	152	1	1.453	5.156	219	23.634

(\*) Transferências em função da conclusão e início da utilização das fases I e II da nova sede da Entidade.

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado, 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento de suas atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

## 7. Intangível

### a) Composição dos saldos

	Líquido	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>Com vida útil definida</b>		
Direito de uso de software (i)	20.374	1.246
Direito de uso de marca - CPI (ii)	8.550	12.825
<b>Total</b>	<b>28.924</b>	<b>14.071</b>

- (i) Refere-se em sua maioria, a aquisição e software de segurança de dados.
- (ii) Refere-se ao valor contratado junto ao CPI para a utilização de marca do mesmo. O valor a pagar referente a este direito encontra-se apresentado na Nota Explicativa no 10.

### b) Movimentação dos saldos

Com vida útil definida	Direito de uso de software	Uso da marca - CPI	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>870</b>	<b>17.100</b>	<b>17.970</b>
Adições	674	-	674
Amortização	(298)	(4.275)	(4.573)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.246</b>	<b>12.825</b>	<b>14.071</b>
Adições	22.168	-	22.168
Amortização	(3.040)	(4.275)	(7.315)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20.374</b>	<b>8.550</b>	<b>28.924</b>

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo intangível 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento das suas atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

## 8. Empréstimos

O saldo da conta, em 31 de dezembro de 2013, refere-se ao empréstimo obtido junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) com finalidade de capital de giro e remunerado a taxa de juros de 3,25% ao ano e a uma taxa fixa de 0,25% ao ano, sujeitos a variação cambial (dólar norte-americano). Tal empréstimo foi integralmente liquidado em 2014.

## 9. Fornecedores

O saldo da conta é composto principalmente por fornecedores de infraestrutura, tecnologia dos Jogos e serviços em geral.

## 10. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Valores a pagar - CPI (i)	10.518	16.023
Outros contas a pagar	8	184
<b>Total</b>	<b>10.526</b>	<b>16.207</b>
Circulante	6.265	6.790
Não circulante	4.261	9.417
<b>Total</b>	<b>10.526</b>	<b>16.207</b>

- (i) Refere-se à aquisição do direito de uso da marca do CPI, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. O montante original é de US\$ 12.000 e o montante a pagar de US\$ 3.960 (R\$ 10.518) em 31 de dezembro de 2014, sendo o pagamento do principal efetuado em nove (9) parcelas fixas pagas semestralmente até 2016.

## 11. Direitos de marketing a pagar

Referem-se aos direitos de marketing apurados sobre receitas reconhecidas de patrocínio e licenciamento, conforme estabelecido nos contratos especificados na Nota Explicativa nº 1, e atualizados monetariamente de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos. O saldo é composto da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Direitos de marketing a pagar - COI (i)	6.837	7.429
Direitos de marketing a pagar - COB (ii)	78.724	56.625
Direitos de marketing a pagar - CPB (iii)	1.147	-
<b>Total</b>	<b>86.708</b>	<b>64.054</b>
Circulante	81.257	59.130
Não circulante	5.451	4.924
<b>Total</b>	<b>86.708</b>	<b>64.054</b>

- (i) Conforme estabelecido no “Marketing Program Agreement”, o direito de marketing sobre as receitas de patrocínio e licenciamento recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassado ao COI trimestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade “Value In Kind” (VIK) será repassado em dinheiro em duas parcelas durante o exercício de 2016.
- (ii) Conforme estabelecido no “Joint Marketing Program Agreement”, todo direito de marketing sobre as receitas de patrocínio e licenciamento recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassado ao COB semestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade “Value In Kind” (VIK) será repassada de acordo com a necessidade de utilização de produto ou serviço pelo COB.
- (iii) Conforme estabelecido no “Paralympic Joint Marketing Program Agreement”, todo direito de marketing sobre as receitas de patrocínio e licenciamento recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassada ao CPB trimestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade “Value In Kind” (VIK) será repassada de acordo com a necessidade de utilização de produto ou serviço pelo CPB.



## 12. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

O saldo de impostos, taxas e contribuições sociais a recolher são compostos da seguinte forma:

Impostos e taxas	31/12/2014	31/12/2013
IRRF a recolher	3.783	3.054
PIS/COFINS/CSLL e contribuições a recolher	250	283
<b>Total</b>	<b>4.033</b>	<b>3.337</b>

Contribuições sociais	31/12/2014	31/12/2013
INSS a recolher	447	288
FGTS s/folha a recolher	1.580	1.568
<b>Total</b>	<b>2.027</b>	<b>1.856</b>

## 13. Provisões trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de férias e encargos sobre férias	14.808	7.929
Provisão para dissolução trabalhista(i)	10.822	6.004
Bônus de retenção (ii)	15.357	6.358
Outros	11	42
<b>Total</b>	<b>40.998</b>	<b>20.333</b>

Circulante	14.819	7.970
Não circulante	26.179	12.363
<b>Total</b>	<b>40.998</b>	<b>20.333</b>

- (i) Montante estimado pela Administração da Entidade para liquidação das obrigações trabalhistas decorrentes do término das operações, previsto para 31 de dezembro de 2016 (vide Nota Explicativa no 2.2g).
- (ii) Constituído em 2013 por decisão da Administração da Entidade, visando a retenção de seus funcionários até a realização dos Jogos Olímpicos (vide Notas Explicativas nº 2.2.g e nº 3.b).

Segue abaixo movimentação do saldo do bônus de retenção:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	
Adições	6.377
Baixas	(235)
Rendimentos financeiros	216
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.358</b>
Adições	9.635
Baixas	(1.549)
Rendimentos financeiros	913
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>15.357</b>

## 14. Adiantamento de patrocinadores

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento - patrocínio (i)	279.768	112.073
Adiantamento - licenciamento	362	47
Adiantamento - direito de transmissão Olímpico (ii)	365.486	81.200
Adiantamento - direito de transmissão Paralímpico (iii)	3.124	-
<b>Total</b>	<b>648.740</b>	<b>193.320</b>

  

Circulante	180.689	103.466
Não circulante	468.051	89.854
<b>Total</b>	<b>648.740</b>	<b>193.320</b>

- (i) Refere-se à parcela recebida dos patrocinadores em dinheiro ou VIK, cujo reconhecimento da receita ocorrerá nos períodos subsequentes, conforme descrito no item “k” da Nota Explicativa nº 2.2.
- (ii) Refere-se a adiantamento concedido pelo COI e patrocinadores à Entidade a título de direitos que a mesma tem sobre a transmissão dos Jogos Olímpicos (“Broadcasting Rights”). O reconhecimento da receita sobre esses direitos ocorrerá no início dos referidos Jogos.
- (iii) Refere-se a adiantamento concedido pelas emissoras de televisão à Entidade a título de direitos que a mesma tem sobre a transmissão dos Jogos Paralímpicos (“Broadcasting Rights”). O reconhecimento da receita sobre esses direitos ocorrerá no início dos referidos Jogos.

## 15. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

### a) Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados, basicamente, aplicações financeiras e empréstimos.

#### Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Entidade elege as instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

#### Empréstimos

Os empréstimos são registrados acrescidos dos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

#### Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Entidade não possuía nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## b) Fatores de risco financeiro

### i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Entidade possuía direitos e obrigações contratadas com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (CPI) em moeda estrangeira, conforme segue:

#### Direitos

		31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber - patrocínio internacional	Nota Explicativa nº 4	236.983	142.455
Contas a receber - licenciamento internacional	Nota Explicativa nº 4	2.106	723
<b>Total</b>		<b>239.089</b>	<b>143.178</b>

#### Obrigações

		31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos - COI	Nota Explicativa nº 8	-	72.682
Direitos de marketing a pagar - COI	Nota Explicativa nº 11	6.837	7.429
Contas a pagar - CPI	Nota Explicativa nº 10	10.518	16.023
<b>Total</b>		<b>17.355</b>	<b>96.134</b>

A Entidade possui uma política de hedge aguardando aprovação do conselho para implementação do plano baseado no seu orçamento.

### ii) Risco de liquidez

A Entidade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas dos recebimentos de patrocínio e licenciamentos e, simultaneamente, monitora o fluxo de desembolso. Em eventual insuficiência de caixa devido à dinâmica da operação, existe disponível uma linha de crédito bancária para captação de empréstimos em montante suficiente para mitigar possíveis riscos com liquidez e, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25 - Compromissos Assumidos, o Governo firmou compromisso em prover recursos para que o Rio 2016 cumpra com seus objetivos (documentado no Host City Contract).

A Entidade espera atender suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

## 16. Receita e direitos de marketing

### a) Composição

As composições de patrocínio e licenciamento e direitos de marketing são as seguintes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Receitas	31/12/2014			31/12/2013		
	Receita	Direitos de marketing (*)	Líquido	Receita	Direitos de marketing (*)	Líquido
Patrocínio	660.089	(109.303)	550.786	471.965	(80.511)	391.454
Licenciamento	10.408	(2.690)	7.718	2.998	(357)	2.641
Outras receitas	219	-	219	-	-	-
<b>Total</b>	<b>670.716</b>	<b>(111.993)</b>	<b>558.723</b>	<b>474.963</b>	<b>(80.868)</b>	<b>394.095</b>

(\*) Refere-se aos direitos de marketing do COB, COI e CPB.

### b) Receitas contratadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Modalidade	31/12/2014		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	1.562.004	(793.624)	768.380
Patrocínio - "Value in Kind" (VIK)	1.339.264	(641.901)	697.363
Licenciamento - dinheiro	30.533	(13.798)	16.735
Licenciamento - "Value in Kind" (VIK)	2.068	(544)	1.524
<b>Total</b>	<b>2.933.869</b>	<b>(1.449.867)</b>	<b>1.484.002</b>

Modalidade	31/12/2013		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	1.200.424	(460.656)	739.768
Patrocínio - "Value in Kind" (VIK)	1.081.697	(314.780)	766.917
Licenciamento - dinheiro	12.741	(3.934)	8.807
<b>Total</b>	<b>2.294.862</b>	<b>(779.370)</b>	<b>1.515.492</b>

A seguir apresentamos a abertura do reconhecimento da receita com patrocínios e licenciamentos ainda a reconhecer até 2016:

Modalidade	31 de dezembro		Total (*)
	2015	2016	
Patrocínio - dinheiro	384.190	384.190	768.380
Patrocínio - "Value In Kind" (VIK)	348.682	348.681	697.363
Licenciamento - dinheiro	8.368	8.368	16.735
Licenciamento - "Value in Kind" (VIK)	762	762	1.524
<b>Total</b>	<b>742.001</b>	<b>742.001</b>	<b>1.484.002</b>

(\*) Sobre a receita a ser reconhecida incide as respectivas despesas dos direitos de marketing devidos ao COI, COB e CPB.

## 17. Despesas com pessoal

A composição das despesas com pessoal em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados	110.824	74.270
13º salário	10.314	6.476
Férias (provisão)	14.336	9.264
Bônus de retenção (i)	8.999	6.358
FGTS	9.990	7.220
Vale-refeição	6.905	4.013
Assistência médica	3.055	2.483
Outros	6.632	3.207
<b>Total</b>	<b>171.055</b>	<b>113.291</b>

(i) Vide Nota Explicativa nº 13.

## 18. Despesas gerais e administrativas

Composição das despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados (i)	85.753	69.240
Sistemas de informação (ii)	93.591	58.242
Aluguéis e condomínios (iii)	24.611	18.115
Despesas com viagens e representações	9.696	7.330
Honorários advocatícios	5.773	5.581
Outras despesas administrativas	15.860	5.551
<b>Total</b>	<b>235.284</b>	<b>164.059</b>

- (i) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços nos mercados nacionais e internacionais, onde os principais são: serviços de consultoria de integração de infraestrutura e banco de dados, serviço de proteção da marca Olímpica, serviços de assessorias em diversas áreas da organização prestados por meio da modalidade “Value In Kind” (VIK) e serviço de consultoria em tecnologia dos Jogos.
- (ii) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços diretamente ligados a Tecnologia da Informação, onde podemos destacar os serviços de planejamento e desenvolvimento da TI para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, serviço de telecomunicações e serviço de infraestrutura de TI da sede.
- (iii) Refere-se basicamente ao aluguel do espaço da sede, incluindo arrendamento mercantil na modalidade operacional, do seu mobiliário e outros.

## 19. Despesas com propaganda e publicidade

	31/12/2014	31/12/2013
Veiculação de propaganda em mídia (i)	20.620	-
Pesquisa de mercado	10	1.211
Assessoria de imprensa	1.485	499
Outras despesas com propaganda e publicidade	2.517	1.280
	<b>24.632</b>	<b>2.990</b>

(i) Refere-se a despesas referentes a campanhas de veiculação na mídia de propagandas como o Programa de Voluntários e a apresentação dos Mascotes Olímpico e Paralímpico.

## 20. Despesas com eventos

Em 2014 referem-se principalmente às despesas referentes ao planejamento do evento de revezamento da tocha (torch relay), gastos relacionados com o evento-teste de Vela e sessões de atualização do Comitê com os Governos e com COI e IPC para fins de atualização sobre o progresso da Organização dos Jogos (Coordination Committee - Cocom e Project Review).

Em 2013 referem-se principalmente às despesas referentes ao evento de viagem da bandeira (Flag Tour), passagem de experiência em Jogos realizados pelo Comitê (Debriefing) e sessões de atualização do Comitê com os Governos e com COI e IPC para fins de atualização sobre o progresso da Organização dos Jogos (Coordination Committee - Cocom e Project Review).

## 21. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é demonstrada como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicação financeira	21.308	3.605
Variação cambial	45.092	35.479
Outras receitas financeiras	299	-
	<b>66.699</b>	<b>39.084</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e despesas bancárias	(1.278)	(2.607)
Variação cambial passiva	(35.489)	(35.541)
Impostos s/aplicação e empréstimos	(4.739)	(761)
Comissão sobre serviços financeiros	(4.138)	-
Outras despesas financeiras	(6)	(10)
	<b>(45.650)</b>	<b>(38.919)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>21.049</b>	<b>165</b>

## 22. Saldos e transações com partes relacionadas

### 22.1. Transações com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Despesas	Adiantamento	Valores a pagar	Despesas	Adiantamento	Valores a pagar
Comitê Olímpico Internacional (COI)	28.972	-	6.837	25.491	-	80.111
Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	77.040	-	78.724	61.855	-	56.625
Comitê Paralímpico Internacional (IPC)	-	-	10.518	-	-	16.023
Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)	7.245	1.077	1.147	-	1.077	-

Abaixo listamos a natureza das transações com partes relacionadas:

#### Comitê Olímpico Internacional - COI

		31/12/2014	31/12/2013
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº 16	27.708	19.013
Despesa - juros e variação cambial sobre empréstimos	Nota Explicativa nº 21	1.264	6.478
Valores a pagar - empréstimos	Nota Explicativa nº 8	-	72.682
Valores a pagar - direitos de marketing	Nota Explicativa nº 11	6.837	7.429

#### Comitê Olímpico Brasileiro - COB

		31/12/2014	31/12/2013
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº16	77.040	61.855
Valores a pagar - direitos de marketing	Nota Explicativa nº11	78.724	56.625

#### Comitê Paralímpico Internacional - IPC

		31/12/2014	31/12/2013
Valores a pagar - contas a pagar	Nota Explicativa nº10	10.518	16.023

#### Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB

		31/12/2014	31/12/2013
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº16	7.245	-
Adiantamento	-	1.077	1.077
Valores a pagar - direitos de marketing	Nota Explicativa nº11	1.147	-

### 22.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Entidade não remunera seus conselheiros e os integrantes da sua diretoria estatutária. Somente os integrantes da diretoria executiva são remunerados. Essa remuneração está abrangida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Até 31 de dezembro de 2014, a Entidade pagou a essa diretoria, a título de salários, o montante de R\$ 7.357 (R\$ 5.062 em 2013).

## 23. Cobertura de seguros (informação não auditada)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2014, é assim demonstrada:

	Valor segurado	Prêmio de seguro
<b>Categorias</b>		
Risco operacional das instalações	75.794	20.204
Responsabilidade Civil Geral	2.000	3.898
D&O - Responsabilidade Civil	20.000	209
Riscos diversos de equipamentos	389	901

## 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adotam como prática provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas com risco provável de perda nas datas-bases de 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade possui ações trabalhistas classificadas como perda possível pelos seus assessores jurídicos no montante estimado de R\$ 1.875.

## 25. Compromissos assumidos

A Entidade possui diversos compromissos firmados com diferentes órgãos relacionados à organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, regidos pelos seguintes principais contratos:

- a) Acordo da Cidade-Sede (Host City Contract), documento assinado pela cidade do Rio de Janeiro quando de sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse acordo especifica em detalhes os direitos e as obrigações de todas as partes envolvidas na organização dos dois eventos, estabelecendo as bases para a parceria que fundamenta o trabalho do Comitê Organizador da Entidade com o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional e seus parceiros.
- b) Marketing Programme Agreement e o Joint Marketing Programme Agreement, documento em que ambos estabelecem as diferentes fontes de receita provenientes do evento e a participação dos Comitês Olímpicos e Paralímpicos nacionais e internacionais a título de comissão por utilização de suas respectivas marcas.



A Entidade firmou contratos de longo prazo até 31 de dezembro de 2017. Os desembolsos estimados e relevantes referentes a esses contratos podem ser resumidos como segue:

	2015	2016	2017	Total
Cerimônias dos Jogos (i)	14.756	13.522	-	28.278
Aluguel sede (ii)	30.207	32.258	2.722	65.187
Aluguel de navio-hotel (iii)	29.538	42.538	-	72.076
Monitoramento das obras de Engenharia e Infraestrutura (iv)	22.350	12.000	-	34.350
Usufruto e retrofit da vila dos atletas (v)	351.235	-	-	351.235
<b>Total</b>	<b>448.086</b>	<b>100.318</b>	<b>2.722</b>	<b>551.126</b>

- (i) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IPCA.
- (ii) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IGPM, bem como haverá acréscimo em função do M<sup>2</sup> a ser ocupado.
- (iii) Contrato firmado no montante original de US\$ 39.000 (US\$ 11.600 a ser desembolsado em 2015 e US\$15.600 a ser desembolsado em 2016).
- (iv) Contempla cláusula de atualização monetária com base nas variações do INCC, IGPM e IPCA.
- (v) Em 29 de abril de 2014, a Entidade, a Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, a Ilha Pura Empreendimento Imobiliário e a Caixa Econômica Federal firmaram Escritura Pública de Instituição de Usufruto Gratuito de Bens Imóveis. Este instrumento disciplina a destinação do empreendimento imobiliário Ilha Pura para servir como a Vila dos Atletas. O usufruto terá início em 01 de março de 2016 e encerrar-se-á em 18 de julho de 2017. Durante o período referido, competirá à Entidade, a título desse usufruto, pagar o valor dos encargos financeiros da dívida sobre os imóveis em garantia do financiamento obtido pela Ilha Pura perante a Caixa Econômica Federal.

Findo o Usufruto, competirá ao Rio 2016 restituir o empreendimento à Ilha Pura em perfeitas condições e no modo legado, ou seja, de acordo com a planta original dos respectivos imóveis. Para que isto seja possível, em 29 de abril de 2014, a Entidade, a Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções e a Ilha Pura Empreendimento Imobiliário, firmaram o Termo de Ajuste e Compromissos Recíprocos, e de Contratação de Empreitada por Preço Global para Execução de Projeto, Demolição, Modificação e Reforma de Imóveis com Finalidade Residencial (retrofit)".

O referido montante engloba tanto o valor a ser pago como garantia pelo usufruto dos imóveis, quanto pelo retrofit. Este valor está contemplado no orçamento da Entidade e sua liquidação financeira ocorrerá exclusivamente com os recursos financeiros oriundos dos atuais patrocinadores.

Adicionalmente, conforme informado na Nota Explicativa nº 16.b) a Entidade possui contratado e ainda não utilizado o montante de R\$ 698.887 de patrocínio e licenciamento VIK a serem reconhecidos até 31 de dezembro de 2016.

Para poder cumprir com os seus compromissos, a Entidade contrata, além dos seus patrocinadores locais, com patrocinadores internacionais (Top Sponsors), patrocinadores com vínculo contratual direto com o Comitê Olímpico Internacional e que provém recursos às cidades-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cabe ressaltar que é de interesse nacional a entrega dos Jogos Olímpicos, bem como sua visibilidade positiva perante o cenário mundial. Como consequência, o Governo firmou compromisso em prover recursos para que o Rio 2016 cumpra com os seus objetivos (documentado no Host City Contract).

## 26. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 e dezembro de 2014 e 2013, a Entidade realizou as seguintes atividades de operacionais e de investimento não envolvendo caixa (todas por VIK):

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Atividades Operacionais</b>		
Receitas	327.665	215.951
Direitos de marketing	(54.478)	(44.055)
Despesas operacionais (i)	(63.742)	(35.317)
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(21.819)	-

- (i) Valor referente principalmente a consultorias, campanhas de veiculação de mídia, assistência médica e telefonia, entre outras.

\* \* \*

04.2015

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço [protecaoasmarcas@rio2016.com](mailto:protecaoasmarcas@rio2016.com)

Comitê Organizador dos  
Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

[rio2016.com](http://rio2016.com)